

ELEIÇÕES SINTRAJUD 2023

Os rumos do Sindicato em suas mãos



CONFIRA NESTA EDIÇÃO

**AS ORIENTAÇÕES PARA
VOTAR E PARTICIPAR
DO PLEITO QUE VAI COMPOR
A DIRETORIA EXECUTIVA E O
CONSELHO FISCAL QUE
ESTARÃO À FRENTE DA
ENTIDADE ATÉ 2026 E
AS CHAPAS CONCORRENTES.**

Págs. centrais e 8



Organizar a luta pela quitação dos 19,25% em 2024. Pág.3



Nos tribunais de São Paulo, segue a luta por direitos. Pág. 6



Sindicato leva ao CNJ casos de assédio em SP. Pág. 7

EDITORIAL

'Saúde', antecipação de reajuste, novo teto de gastos: a saída é lutar!

Com a abertura da Mesa de Negociação Permanente no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, os servidores federais de todo o país buscam recuperar as perdas salariais acumuladas, especialmente em decorrência do congelamento imposto nos governos Temer e Bolsonaro. A recuperação das perdas é uma urgência num cenário de aumentos exorbitantes dos planos de saúde e alta de 23,97% na cesta básica só nos 12 meses de 2022, conforme levantamento do DIEESE. Também está na agenda de debates na Mesa a valorização das carreiras e realização de concursos públicos para reverter a realidade atual de esvaziamento dos quadros do funcionalismo.

Mesmo no Poder Judiciário da União, onde a mobilização do ano passado conquistou a recomposição salarial parcial de 19,25% dividida em três parcelas (a primeira de 6% em fevereiro de 2023; a segunda, também de 6%, em 1º de fevereiro de 2024; e a última de 6,13% em 1º de fevereiro de 2025), o poder de compra está ameaçado. E a mobilização já começou para assegurar a antecipação da parcela de 2025 para o ano que vem, buscando evitar que a inflação devore a recomposição antes dela ser efetivada. A integralização do reajuste em uma parcela única de 12,5%, ainda em 2024, é uma campanha nacional da categoria.

Por isso, a luta contra a aprovação do

novo arcabouço fiscal - teto de gastos repaginado - também é decisiva. O novo teto de gastos em debate no Congresso Nacional condiciona o respiro orçamentário à economia para pagamento da dívida pública (superávit primário) e ao aumento das receitas da União. Caso as duas condições não se estabeleçam e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023 seja aprova-

do, serão suspensos concursos públicos, progressões e reestruturações de carreiras, reajustes ou reposição de perdas.

Do enfrentamento ao 'novo' teto de gastos vai depender também a ampliação orçamentária que o Sindicato busca para que os tribunais aumentem sua participação no financiamento dos planos de saúde.

É necessária uma política orçamentária que priorize os direitos laborais e o direito a uma vida digna, e não jogue nas costas do funcionalismo a conta de uma dívida pública que nunca foi auditada.

Para além da esfera econômica, segue a luta contra o assédio moral e por respeito à categoria, uma campanha permanente do Sintrajud há mais de 10 anos. Neste momento, parlamentares, outras entidades sindicais e personalidades vêm dando apoio à cobrança por responsabilização do juiz auxiliar da presidência do TRF-3, Paulo Arena Filho, por sua atitude capacitista ao tentar dispensar um colega com deficiência.

Reduzir o impacto do aumento dos planos, garantir que a última parcela do reajuste seja paga em 2024 e derrotar o limite de investimentos nos serviços públicos vai depender de mobilização.

AGENDA

Julho

22 e 23 - Reunião do Conselho Fiscal, às 10h, na sede do Sindicato.

25 - Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e Dia de Tereza de Benguela. Participação na Marcha das Mulheres Negras de São Paulo (concentração às 17h, Praça da República).

26 - Reunião do Núcleo de Aposentadas, Aposentados e Pensionistas, às 15h, *online*.

- Prazo de envio de propostas de resolução ao 5º Congresso Nacional da CSP-Conlutas (enviar para cspconlutas.congresso@gmail.com, secretaria@cspconlutas.org.br, claudia.l.costa@gmail.com, sintrajud@sintrajud.org.br).

Agosto

7 e 8 - Eleições para composição da diretoria executiva e conselho fiscal do Sintrajud, das 9h às 19h.

8 - Audiência da Fenajufe com a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, tratará da demanda da categoria pela antecipação da última parcela da recomposição salarial conquistada no ano passado.

9 e 10 - Mobilização nacional dos servidores do Poder Judiciário Federal, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, em defesa da antecipação da última parcela da recomposição salarial conquistada no ano passado.

21 - Posse da diretoria executiva e conselho fiscal eleitos para a gestão 2023-2026.

Setembro

7 a 10 - 5º Congresso da CSP-Conlutas, em São Paulo.



CLUBE DE CONVÊNIO

vantagens pra você!



Você que é sindicalizada/o, já conhece os convênios oferecidos pelo Sintrajud que garantem descontos para você e sua família? Acesse sintrajud.org.br/mais-convenios/ ou escaneie o QR Code acima.

JORNAL DO SINTRAJUD

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP

Sede: Rua Antônio de Godói, 88 - 16º and - São Paulo/SP
01034-902 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608
E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista:
Rua Barão de Paranapiacaba, 233 - sala 1410
Encruzilhada - Santos/SP - CEP 11050-251
Tel.: (13) 3271-9114
E-mail: subsedesantos@sintrajud.org.br

Diretoria: Ana Sílvia Poço, Angélica Olivieri, Anna Karenina, Antonio Melquíades 'Melqui', Beatriz Massariol, Cláudia Sperb, Cláudia Villapiano Teodoro de Souza, Cleber Aguiar, Ester Nogueira de Faria, Fabiano dos Santos, Henrique Sales Costa, Ismael Souza, João Carlos Silva, Luciana Martins Carneiro, Luiz Paiva, Marcos Trombeta, Maria Ires Graciano Lacerda, Raquel Morel, Salomão Ferreira, Tarcisio Ferreira.

Editora: Luciana Araujo - **Jornalistas:** Giselle Pereira, Hélcio Duarte Filho e Niara Aureliano
Artes: Janaína Oliveira - **Diagramação:** Roberto Lima - **Tiragem:** 15.000 exemplares



LUTA POR DIREITOS

Sintrajud lança campanha pela antecipação da parcela salarial de fevereiro de 2025

Manifesto do Sindicato defende outra lógica fiscal, contrária ao teto de gastos da EC-95 e do arcabouço fiscal, na qual serviços públicos, pautas sociais e saúde sejam prioridade.



Hélcio Duarte Filho

Representantes sindicais do funcionalismo federal iniciaram as negociações com o governo Lula, referente à próxima campanha salarial, ressaltando que as perdas passadas não podem ser esquecidas — pauta que inexoravelmente enfrentará a lógica fiscal que restringe orçamentos sociais e corta de serviços públicos e salários de servidores.

A primeira rodada de negociação aconteceu no último dia 11 de julho. No

Fenajufe (federação nacional da categoria) ao Supremo Tribunal Federal para que a parcela seja antecipada, evitando a corrosão inflacionária da conquista.

O Sindicato também lançou um manifesto no qual, além do reajuste, defende uma política e uma lógica fiscal que priorizem as pautas sociais, os serviços públicos e a valorização dos servidores — contra o modelo de tetos em vigor, que cria situações inadmissíveis, como longos períodos de salário congelado e benefícios em valores insuficientes até

mesmo dia, o Sintrajud disponibilizou abaixo-assinado pela antecipação da terceira parcela do reajuste conquistado no ano passado, reivindicando que os 6,13% previstos para 2025 sejam antecipados para fevereiro de 2024, data da segunda parcela, integralizando os 19,25% de recomposição. Assim, o Sindicato soma esforços ao pedido da

para assegurar questões básicas como a assistência à saúde.

Na reunião de negociação, da qual participaram o Fonasefe e o Fonacate, entre outras organizações, os servidores apresentaram a pauta salarial conjunta das entidades. Trabalha-se, inicialmente, com dois percentuais: 39,82% para as carreiras que tiveram a aplicação do reajuste conquistado na greve de 2015 fixado em quatro parcelas anuais; e 53,05% para carreiras que receberam percentuais menores e em duas parcelas. No PJU, ainda está em curso a definição do índice. O que já está protocolado pela Fenajufe é o pedido de antecipação da parcela de 2025 para 2024.

São movimentos que não entram em conflito. Ao contrário, convergem para uma luta que aposta na construção da unidade e na mobilização das categorias. O governo ficou de responder no dia 4 de agosto, quando haverá nova reunião. Resposta que, ressaltam dirigentes do Sintrajud, em muito dependerá da capacidade de mobilização do funcionalismo.

Antes, no dia 26 de julho, reunião específica tratará do chamado 'Revogaço', a lista de medidas de governos passados que atacam a organização sindical e os servidores, como direito de greve e a mudança da gestão da Previdência para o INSS.

Servidores temem restrições fiscais previstas em novo arcabouço do governo

Na Câmara, votação do destaque que excluía o gatilho contra os servidores recebeu apenas 20 votos.

Parte dos dirigentes sindicais que participaram da primeira negociação da campanha salarial saiu da reunião com a impressão de que os próprios representantes do governo federal consideram as políticas fiscais um obstáculo a avanços nas pautas do funcionalismo federal.

“Na mesa, o governo afirmou que uma das questões que dificulta avançar na campanha salarial é o ambiente hoje do debate fiscal, o debate do arcabouço”, disse o professor Mário Cardoso, que integra o Fonasefe e a diretoria do Andes-SN, na live realizada logo após a reunião — ressaltando que é um acerto a campanha contestar esse modelo fiscal.

O arcabouço fiscal (PLP 93/2023) foi aprovado no Plenário da Câmara em maio, para onde retornou para ser re-analisado após alterações votadas no Senado. Na primeira passagem por ali, foram 372 votos favoráveis e 102 contrários à proposta.

O acordo do governo e sua base às restrições mais severas aos serviços públicos foi ratificado ao se votar um destaque da federação PSOL-Rede. A emenda propunha a exclusão dos gatilhos introduzidos pelo relator, que penalizam os servidores, caso a meta fiscal não seja cumprida, com congelamento de salários, benefícios, reestruturações de carreiras e restrições a concursos.

A votação do destaque que excluía os gatilhos recebeu apenas 20 votos. Foram 429 deputados votando contra as servidoras e servidores do Brasil. “Foi uma votação atropeladíssima”, disse o servidor



Kit Gaion

Ato em SP contra o arcabouço fiscal.

Fabiano dos Santos, diretor do Sintrajud e da Fenajufe, que estava no Plenário da Câmara quando o projeto foi votado. “O que precisa ser limitado no Brasil é a dívida pública, não os gastos sociais e com serviços públicos”, defendeu.



SINTRAJUD INDEPENDENTE E DE LUTA

SEMPRE EM FRENTE **CHAPA 1**

COMO IDENTIFICAR UM SINDICATO INDEPENDENTE E DE LUTA:

- ✓ Mobiliza diante de ataques de qualquer governo, administração ou partido (fundamental nas conquistas salariais e na Carreira);
- ✓ Conquista reajuste (19,25% em três parcelas de 6% até 2025), o Auxílio-Alimentação e a Assistência Pré-Escolar (29,96%);
- ✓ Defende o respeito à data-base, com reposição anual sobre salários e benefícios;
- ✓ Luta por concursos públicos e valorização do serviço público, enfrentando os tetos de gastos fiscais, de qualquer governo;
- ✓ Resiste às contrarreformas: trabalhista de Temer, previdência e administrativa (PEC-32) de Bolsonaro, e arcabouço fiscal de Lula;
- ✓ Combate e denuncia o assédio moral e sexual, a discriminação e o preconceito; defende a diversidade;
- ✓ Luta por mais verba para o Auxílio Saúde e busca preservar nossos direitos: a saúde de juizes não vale mais do que a de servidores;
- ✓ Fortalece a organização de base e leva o sindicato para todo o estado com o "Pé na Estrada";
- ✓ Defende as condições de trabalho, seja no presencial ou no teletrabalho, contra ataques das administrações (retorno ao presencial ou na compensação das horas da pandemia);
- ✓ Atua em defesa dos direitos coletivos de toda a categoria (Técnicos, Aposentados, Oficiais, Analistas e Polícia Judicial).

QUEM FAZ A LUTA!

COORDENAÇÃO GERAL



Anna Karenina
JF/Presidente Prudente - Técnica



Lutemberg de Souza
TRE/Cartório Eleitoral Capital - Técnico



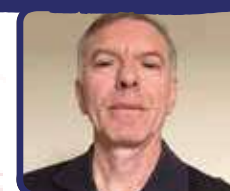
Lynira Sardinha
TRT/Cubatão - Oficiala de justiça aposentada



Cleber Aguiar
TRF - Agente da Polícia Judicial



Marinilda Dias
TRT/Santos - Técnica



Maurício Rezzani
TRE - Técnico aposentado

COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

COORDENAÇÃO EXECUTIVA



Melqui
JF/Presidente Wilson - Analista



Camila Oliveira Gradin
TRT/Administrativo - Analista



Ciro Manzano
TRE/Cartório Eleitoral Regente Feijó - Técnico



Ana Luiza Figueiredo
TRF - Técnica aposentada



Ismael Souza
TRT/Barra Funda - Técnico



Rosana Nanartonis
TRE - Técnica aposentada



Marcos Trombetta
JF/CEUNI - Oficial de justiça



Isabella Leal
TRT/Núcleo de Apoio aos Assistentes - Técnica



João Carlos
JF/Marília - Analista



Ana Silvia Poço
JF/CEUNI - Oficiala de justiça



Fabio Rodrigues
JF/Criminal - Analista



Jorge Costa
JF/S. José do Rio Preto - Técnico aposentado



Luiz Paiva
JF/Caraguatatuba - Agente da Polícia Judicial



Sanches
JF/Franca - Agente da Polícia Judicial

SUPLENTES

COMO AVANÇAR NESSAS CONQUISTAS NAS ELEIÇÕES DE 7 E 8 DE AGOSTO:

✓ VOTE CHAPA 1 - SINTRAJUD INDEPENDENTE E DE LUTA

NOS ACOMPANHE NO INSTAGRAM:





2 CHAPA **RENOVA** SINTRAJUD

ELEIÇÕES 7 E 8 DE AGOSTO

SIGA E ACOMPANHE NOSSAS NOVIDADES:    @RenovaSintrajud

CONHEÇA O RENOVA SINTRAJUD!


Temos propostas de atuação, trabalho e renovação para um Sintrajud forte e representativo como deve ser!

POR QUE VOTAR NO RENOVA SINTRAJUD?


Somos um grupo de servidores com pluralidade ideológica e divergências entre si, mas unidos por melhorias para toda a categoria e pela defesa dos nossos direitos. Temos colegas de todos os ramos (Federal, Eleitoral, Trabalhista e Militar) e de todos os cargos (técnicos, analistas, oficiais de justiça, agentes de polícia e aposentados), distribuído na capital e no interior.

Precisamos ter um sindicato UNIDO E FORTE, COM ATITUDE, para que nos defenda! Um Sintrajud que escuta os seus associados e garante prestação de serviços de qualidade. Um Sintrajud onde cada associado participe de maneira igualitária para o desenvolvimento e o desempenho da nossa atuação. UM SINTRAJUD REPRESENTATIVO DE VERDADE!

UM SINTRAJUD FORTE E DE TODOS!

 **SAÚDE DO SERVIDOR:** Vinte anos se passaram e às vésperas das eleições a diretoria do Sintrajud se omite mais uma vez sobre o tema na Justiça Federal, Trabalhista e Eleitoral. É necessário criar um departamento de saúde no sindicato, ter um médico do trabalho e até oferecer convênios médicos de qualidade para os filiados e agregados, além de acolher os servidores nos momentos de maior fragilidade. Lutar por mais verbas do auxílio-saúde e apresentar alternativas de qualidade oferecida pelo Sindicato, como ocorre em Campinas e no RJ; pela igualdade entre servidores e juizes nas verbas recebidas para subsidiar o auxílio-saúde e intervir junto aos Tribunais antes das tratativas com os Planos de Saúde.

REDUÇÃO DA
CONTRIBUIÇÃO MENSAL 


DESFILIAÇÃO DA
CONLUTAS E NÃO FILIAÇÃO
A NENHUMA CENTRAL 

ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO 

RECOMPOSIÇÃO DAS
PERDAS SALARIAIS 

PLANO DE CARREIRA
E DATA-BASE 

NOMEAÇÕES
JÁ! 

FIM DA CONTRIBUIÇÃO
PREVIDENCIÁRIA DOS
APOSENTADOS 

COLÔNIA DE FÉRIAS
E PLANO DE SAÚDE 

JURÍDICO
FORTE 

CAMPANHA DE
VALORIZAÇÃO 

Temos muitas outras propostas para trabalhar por você, filiado do Sintrajud!

Acesse o QR CODE e confira a íntegra da nossa Carta-Programa:



CATEGORIA

Aposentados e pensionistas retomam atividades presenciais

Reuniões na subsede da Baixada Santista e na sede marcaram reencontros presenciais.

Marcela Mattos



NAS de volta ao presencial, após 3 anos.

Giselle Pereira

Este ano marcou a retomada das atividades presenciais do Núcleo de Aposentados, Aposentadas e Pensionistas do Sintrajud. Depois de três anos do imprescindível distanciamento social imposto pela pandemia da covid-19, no dia 7 de junho aconteceu a primeira reunião na recém adquirida subsede do Sindicato na cidade de Santos. Em 5 julho, de forma presencial e também via Zoom, o grupo retomou as reuniões na

sede, no centro da capital paulista.

O Núcleo, um dos mais antigos do Poder Judiciário da União, criado em 1997, está diretamente ligado às mobilizações de toda a categoria, com regularidade de reuniões semanais ao longo desses quase 26 anos, que se mantiveram mesmo no

período da pandemia, no formato *online*.

Nos dois encontros presenciais deste ano, os participantes rechaçaram o PLP 93/2023, que trata do novo arcabouço fiscal. O texto retornará ao debate na Câmara dos Deputados para nova apreciação da Casa em agosto, após alterações no Senado.

O Núcleo também mantém semanalmente as aulas de dança e deverá em breve retomar o curso de noções básicas de informática, interrompido pela pandemia.

As reuniões dos aposentados e pensionistas do sindicato acontecem todas as quartas-feiras, às 15h, na sede do Sindicato ou virtualmente.

Gero Rodrigues



Reunião do Núcleo na sede.

Ações judiciais preservam quintos e VPNI cumulativa para oficiais de justiça da JF

União é derrotada em tentativa de retirar quintos e liminar mantém pagamento cumulativo de VPNI e GAE a oficiais da Justiça Federal e do TRF-3.

Niara Aureliano e Hécio Duarte

Ação movida pelo Sindicato resultou em que a 1ª Seção do Tribunal Regional Federal (TRF-3) negou por unanimidade provimento a recurso da União que pretendia anular a decisão que conquistou, em 2011, o direito à incorporação de quintos para sindicalizados. O Sintrajud foi dos primeiros sindicatos a conquistar o reconhecimento dos quintos aos servidores e servidoras que tinham recebido parcelas salariais que geravam incorporação. O processo ajuizado pelo Sintrajud em 2004 saiu vitorioso e já tinha trânsito em julgado em 2011, quando, em 2012, a União entrou com ação rescisória que buscava anular o direito à incorporação. A vitória ganha mais importância diante do fato que o Supremo Tribunal Federal reconheceu,

em 2020, que os servidores e servidoras com decisão transitada em julgado têm direito à incorporação da parcela. Se o intento da União tivesse sido vitorioso, a categoria perderia o amparo legal que deu base à decisão do STF, o que causaria enorme insegurança jurídica. O acórdão pode ser acessado na íntegra no site do Sindicato. Todos os sindicalizados à época da propositura da ação estão protegidos e o Sindicato continua lutando para que o direito alcance todos os servidores que já receberam quintos/décimos. "A decisão do TRF-3, que se sustenta na posição do STF, confirma uma expectativa que já tínhamos, em respeito à sentença vitoriosa obtida pelo Sindicato. O Sintrajud se mantém vigilante nessa luta, contra qualquer redução de remuneração", afirmou o dirigente Tarcisio Ferreira. A União pode

recorrer.

VPNI - Após questionamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o pagamento a oficiais ativos e aposentados, e a pensionistas de servidores do segmento falecidos, da parcela incorporada relativa à gratificação paga pelo exercício da função antes da criação da GAE (gratificação de atividade externa), ação movida pelo Sindicato garantiu o direito do segmento. Liminar concedida pela 22ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal determinou o pagamento cumulativo até o fim do processo na JF e TRF, que tinha cortado o direito. O Sindicato atua também em defesas individuais de servidores.

Em 7 de junho de 2023, o julgamento da Representação 036450/2020-0 foi adiado após pedido de vista do ministro Benjamin Zymler. O Sintrajud seguirá acompanhando o processo.

LUTA POR DIREITOS

Busca por mais financiamento para os planos de saúde une luta no TRT-2 e TRF-3

Sindicato tem atuado no CNJ, CJF, CSJT e tribunais regionais para reduzir impactos dos reajustes impostos pelas operadoras; abaixo-assinados cobram medidas das administrações.



Jesus Carlos

Nos últimos meses o Sindicato retomou um processo de mobilização que tem se repetido ano após ano. A peregrinação nos conselhos superiores neste momento visa assegurar suplementações orçamentárias ainda neste ano para que o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e o Tribunal Regional Federal da 3ª

Região aumentem suas respectivas participações no custeio dos planos de saúde que disponibilizam aos servidores.

No TRT-2, o Sindicato busca ainda isonomia do auxílio-saúde para servidores e magistrados, que vêm recebendo valores maiores que os dos servidores a título do benefício de saúde, embora percebam maiores vencimentos. A diretoria discutiu a injustiça em audiência com a presidente do Regional, a desembargadora Beatriz de Lima Pereira, e solicitou o aumento da participação do Tribunal no custeio dos planos de saúde. O assunto também foi levado a audiências com o presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, e com a secretária adjunta do Conselho, Flávia Beatriz

Eckhardt da Silva.

Na Justiça Federal da capital e outras 15 cidades onde os servidores são assistidos por planos administrados pela Unimed Seguros, o Sindicato vem atuando para que a gestão Marisa Santos arque com maior participação no custeio dos planos de saúde e para que seja reajustado o auxílio. Com o reajuste aplicado pela operadora e a cobrança retroativa a 1º de janeiro deste ano, o impacto no bolso dos servidores ficou em torno de 100% de aumento, o que tem levado muitos servidores a deixarem o plano.

No último dia 14 o Sindicato esteve reunido também com o Secretário-Geral do CJF, Juiz Federal Daniel Marchionatti Barbosa, para pleitear mais verbas para o orçamento do custeio à saúde na Justiça Federal.

Casos de assédio moral e sexual em São Paulo foram levados a encontro do CNJ

Sindicato esteve representado no evento que discutiu prevenção e enfrentamento à gestão baseada na humilhação.

Niara Aureliano

No dia 28 de junho o Sindicato participou do I Encontro de Comissões ou Subcomitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O encontro foi realizado no Conselho da Justiça Federal (CJF) em Brasília. A entidade esteve representada pela dirigente Anna Karenina, que integra a Comissão de Combate ao Assédio da 3ª Região.

Anna levou ao evento as denúncias de assédio nas quais o Sindicato vem atuando no último período, como a tentativa de demissão da oficiala de justiça e dirigente Beatriz Massariol, o caso de assédio sexual envolvendo o juiz trabalhista substituto Marcos Scalercio, a denúncia contra o juiz presidente do Juizado Especial Federal de Ribeirão Preto e

auxiliar da Presidência do TRF-3, Paulo Arena Filho, por capacitismo contra um servidor com deficiência.

A condenação à aposentadoria compulsória do juiz Marcos Scalercio por assédio, no Conselho Nacional de Justiça, foi uma decisão importante contra a impunidade, embora insuficiente. O Sintrajud, que acompanhou o caso desde as primeiras denúncias, defende a punição adequada para crimes contra a dignidade, com revisão da Lei Orgânica da Magistratura.

No TRF-3, a imposição de compensação indevida de horas não trabalhadas presencialmente durante a pandemia por servidores cujas atividades são incompatíveis com o trabalho remoto (como agentes de segurança) e as alterações abruptas no regime de trabalho não presencial restringindo o acesso ao teletrabalho, são

exemplos considerados pelo Sindicato como assédio institucional.

Mas a categoria vem se mobilizando e respondendo. Assim se reverteu a demissão da servidora e diretora do Sintrajud Beatriz Massariol. A campanha contou com protestos, abaixo-assinado e solidariedade de personalidades e parlamentares. Até que, em 2 de fevereiro de 2023, o Conselho da Justiça Federal da 3ª Região afastou a penalidade. A diretoria do Sintrajud destacava o caráter persecutório e antissindical da demissão da servidora.

Agora, o Sindicato cobra a responsabilização do juiz Paulo Arena por ter questionado de forma capacitista a adequação de um servidor com mais de 10 anos de serviços prestados e ao menos quatro elogios na ficha funcional para continuar na unidade.

PLANOS	ATIVIDADES	VALOR
Digital	5 aplicativos parceiros mais aulas ao vivo, incluindo ginástica laboral.	gratuito
Starter	Mais de 2500 academias, estúdios e aulas ao vivo, com acesso a mais de 20 aplicativos.	R\$ 29,90
Basic	Mais de 9.400 academias, estúdios e aulas ao vivo, e acesso a mais de 30 aplicativos.	R\$ 49,90
Basic+	14.500 academias, estúdios e aulas ao vivo, e mais de 30 aplicativos parceiros.	R\$ 79,90
Silver	Mais de 19 mil academias, estúdios e aulas ao vivo, e mais de 35 aplicativos parceiros.	R\$ 119,90
Silver+	Mais de 20 mil academias, estúdios e aulas ao vivo, e mais de 35 aplicativos parceiros.	R\$ 184,90
Gold	Mais de 23 mil academias, estúdios e aulas ao vivo, e mais de 35 aplicativos parceiros.	R\$ 249,90
Gold+	Mais de 24.500 academias, estúdios e aulas ao vivo, e mais de 35 aplicativos parceiros.	R\$ 379,90
Platinum	Mais de 25 mil academias, estúdios e aulas ao vivo, e mais de 35 aplicativos parceiros.	R\$ 499,90
Diamond	Mais de 25 mil academias, estúdios e aulas ao vivo e 40 aplicativos parceiros.	R\$ 629,90
Diamond+	Mais de 25 mil academias, estúdios e aulas ao vivo e 40 aplicativos parceiros. Com acesso ilimitado à plataforma.	R\$ 679,90



ELEIÇÕES SINTRAJUD 2023

PASSO-A-PASSO PARA VOTAR

O Sindicato publica abaixo as orientações sistematizadas para que você, sindicalizada ou sindicalizado até o dia 7 de junho, exerça seu direito de voto para decidir os rumos da sua entidade representativa nos próximos três anos. Destacando que o Sintrajud foi um dos primeiros sindicatos do país a realizar processo eletrônico 100% auditável em meio à pandemia de Covid-19 com o suporte de empresas de excelência no mercado, que atuam junto a diversas outras organizações, incluindo a Federação Nacional da categoria (Fenajufe).

Confira como votar:

1. No site do Sintrajud, acesse a plataforma de votação através do link disponível a partir das 9h às 19h dos dias 7 e 8 de agosto;
2. Digite seu CPF e data de nascimento;

Caso os dados informados não sejam identificados ao realizar os procedimentos acima, o sistema irá emitir um alerta indicando que faça um cadastro em separado para realizar seu voto, que no momento da apuração será avaliado pela comissão eleitoral. Após esse rápido cadastro, siga diretamente os passos da VOTAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO TELEPRESENCIAL.

3. Escolha por onde quer receber o token de 4 dígitos (e-mail, SMS ou WhatsApp - todos os dados aparecerão anonimizados);

Se não tiver acesso a nenhum dos dados exibidos para envio do token, você será direcionado à sala de videoconferência para atendimento com os mesários e deverá seguir os passos da VOTAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO TELEPRESENCIAL.

4. Localize o token e digite no campo de confirmação em até 10 (dez) minutos;
5. Após a autenticação, será encaminhado para o termo de responsabilidade, então aceite e vá para o próximo passo;
6. Na tela de boas-vindas, clique em "acessar votação";
7. Realize seus votos, escolhendo a chapa, voto branco ou nulo para a diretoria executiva e depois até 03 (três) nomes, voto branco ou nulo para o conselho fiscal;
8. Confirme seus votos
9. Imprima ou envie por e-mail seu comprovante de voto. Fim do processo de votação.

VOTO COM IDENTIFICAÇÃO TELEPRESENCIAL

1. Após os mesários iniciarem o atendimento, com a câmera e microfone ativados, os mesários irão solicitar que mostre um documento oficial com foto à câmera e valide os dados;
2. Após aprovação dos mesários, você será encaminhado para a página de avaliação do atendimento dos mesários;
3. Após avaliação, na tela de boas-vindas, veja a nominata das chapas e clique em "acessar votação";
4. Realize seus votos, escolhendo a chapa, voto branco ou nulo para a diretoria executiva e depois até 03 (três) nomes, voto branco ou nulo para o conselho fiscal;
5. Confirme seus votos;
6. Imprima ou envie por e-mail seu comprovante de voto. Fim do processo de votação.

Não se preocupe! Os votos com o token de 4 dígitos ou com identificação telepresencial são todos computados da mesma forma.

CANDIDATURAS AO CONSELHO FISCAL



BEATRIZ MELQUIADES
Justiça Federal



ESTER NOGUEIRA DE FARIA
Justiça Federal



PATRÍCIA AGUIAR
Justiça Federal



ANA CRISTINA AZEVEDO
Justiça do Trabalho



IRISDALVA LOURENÇO
Justiça do Trabalho



MARIA VALÉRIA FERRAZ
Justiça do Trabalho